

SEMPRE POLÊMICO Robert Mundell, prêmio Nobel de economia do ano passado, esteve no Brasil para uma série de palestras enfatizando a importância da

estabilidade monetária como objetivo maior da política econômica. Visando a estabilização, Mundell defendeu enfaticamente o equilíbrio orçamentário e a disciplina fiscal, e um regime cambial de taxa fixa — pré-requisito, no seu entender, para a existência de uma regra monetária. Por oposição, para Mundell, um regime de taxa cambial flexível implicaria a ausência de uma regra monetária — e, portanto, no abdicar da estabilização. Esse posicionamento, evidentemente, choca-se com a idéia de que taxas flexíveis permitem restringir os impactos de choques externos. E, é claro, com a autonomia dos bancos centrais para implementar uma política monetária autônoma, a última coisa com que concordaria um defensor de taxas fixas de câmbio. A íntegra da entrevista, com seus comentários irreverentes a respeito dos banqueiros centrais, está reproduzida a partir da página 28.

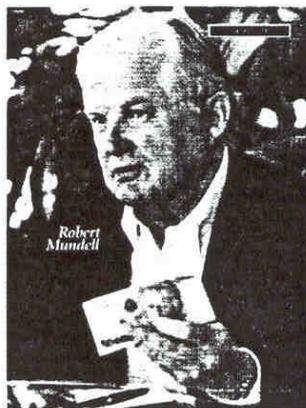
Aproveitando a proximidade das eleições, na Carta do IBRE analisamos o comportamento das finanças municipais. De 1989 em diante, os municípios passaram a receber 25% da receita do ICMS, viram o Fundo de Participação dos Municípios crescer de 17% para 22,5% e, entre 1988 e 1998, enquanto a arrecadação tributária total crescia 65,4% em termos reais, a dos municípios aumentou 203,4%. Mas, será que os prefeitos gastam bem?

Em relação à política fiscal, as atenções dos banqueiros, empresários e organismos internacionais vão se voltar para as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) do Brasil. Esse é o indicador que melhor reflete o desempenho fiscal de um país e, adicionalmente, é também importante porque seu comportamento determina a evolução da relação dívida pública/PIB ao longo do tempo. A se materializarem as previsões de que as NFSP em 2000 deverão

ficar entre 3,5% e 4% do PIB, as contas públicas brasileiras apresentarão o melhor resultado desde que se iniciou o cálculo desse, nos anos oitenta.

Marcelo Neri discute em seu artigo “Metas sociais, para tirar o país da miséria” como utilizar melhor os recursos postos à disposição do setor público pelos contribuintes para tirar 34 milhões de brasileiros da condição de indigentes. Como as verbas sociais saem do mesmo bolo, Neri sugere a criação de metas sociais semelhantes às metas de inflação e uma transferência de recursos da classe média para os menos favorecidos. Pela natureza do assunto, polêmico e emocional, as sugestões do artigo vão dar o que falar, claro.

Em mais um tema social, mostramos como as variáveis econômicas influem no crescimento da criminalidade. Emprego e aumento real de salários reduzem a violência? Quem mata mais, o jovem ou o idoso? O artigo — parte de uma pesquisa da Escola de Pós-Graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas — estuda o comportamento da taxa de homicídios entre os homens no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e traz evidências surpreendentes sobre a violência como causa de mortalidade.



E no especial sobre seguros analisamos as mudanças que vão ocorrer no mercado com a privatização do IRB e uma nova mentalidade que começa a ser estimulada pelo governo: o crescimento da indústria de seguros é fundamental para aumentar a poupança nacional. O mercado deve movimentar R\$25 bilhões em prêmios, já está atraindo novas empresas e este deve ser um ano agitado por fusões e incorporações. Para os analistas, chegou a hora da grande virada.

ROBERTO FENDT
Redator-Chefe
fendt@fgv.br

Câmbio fixo e moeda única

Robert Mundell, prêmio Nobel de economia, esteve no Brasil para uma série de palestras enfatizando a importância da estabilidade monetária como objetivo maior da política econômica. Visando a estabilização, Mundell defendeu enfaticamente o equilíbrio orçamentário e a disciplina fiscal, e um regime cambial de taxa fixa — pré-requisito, no seu entender, para a existência de uma regra monetária. Por oposição, para Mundell, um regime de taxa cambial flexível implicaria a ausência de uma regra monetária — e, portanto, no abdicar da estabilização. Esse posicionamento, evidentemente, choca-se com a idéia de que taxas flexíveis permitem restringir os impactos de choques externos. E, é claro, com a autonomia dos bancos centrais para implementar uma política monetária autônoma, a última coisa com que concordaria um defensor de taxas fixas de câmbio. A íntegra da entrevista, com seus comentários irreverentes a respeito dos banqueiros centrais, está reproduzida a partir da página 28.